



2018/08/20

A reforma das Forças Armadas e a condição militar

José Neto Simões ⁽¹⁾

“As nossas gloriosas Forças Armadas são, em quase nove séculos de História, a expressão viva de muito do que de melhor fizemos no passado e fazemos no presente” (Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa)

1. INTRODUÇÃO

A globalização desregulada e a imprevisibilidade do Presidente Trump – com novos alinhamentos geopolíticos e sistema internacional em transição – tende a ser transformada em nova ordem mundial e criar uma crescente instabilidade no ambiente de segurança. E permite ainda uma maior projecção das novas ameaças difusas e transnacionais que afectam a Segurança Nacional.



As questões da paz e da segurança, na actual ordem internacional, são hoje mais complexas e não podem ser analisadas utilizando as metodologias tradicionais. A prioridade que a comunidade internacional dá hoje à prevenção dos conflitos e gestão de crises exige políticas direccionadas para o reforço do tecido social e para o melhoramento da governação das sociedades. São exigências urgentes num mundo onde coabita o crescimento económico para uns e as crescentes desigualdades para outros.

As Forças Armadas (FA) têm contribuído de forma indelével para a afirmação e credibilidade externa de Portugal. Têm merecido elogios internacionais pela sua preparação que é notável visando a competência, responsabilidade e a eficácia. Porém, não se olha para as FA pelo seu perfil institucional ou as suas capacidades que podem ser utilizadas no país.

Sendo as FA uma Instituição de carácter nacional, estruturante da nossa identidade à qual compete garantir a independência nacional e a integridade do território, deve ser preservada e respeitada. Isto devia ser explicitado aos cidadãos – pela classe política sem ambiguidades - para que se combata o “discurso da inutilidade”. Saber fazer pedagogia sem demagogia.

2. AS FORÇAS ARMADAS COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL

Ao nível político é sabido como se orientam alguns sectores. Todavia, um estudo (Carreiras, Helena CIES) mostra que as FA são a instituição nacional que maior confiança merece aos portugueses. As FA são a Instituição que mais se reformou passando da guerra de África com 240 mil homens e 45% do orçamento para um modelo de segurança cooperativa e operações de apoio à paz e humanitárias, bem

¹ Capitão-de-Fragata SEF (Reforma). O autor não segue o Acordo Ortográfico

como as missões de interesse público com cerca de 30 mil efectivos e um custo cerca de 1,4 % do PIB.

O compromisso assumido pelos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é atingir os 2% em despesas com Defesa até 2024 e 20% desse valor na componente de equipamento². Mas em 28 Estados-membros só cinco aliados estão a cumprir: EUA, Grécia, Estónia, Reino Unido e Polónia.

Neste âmbito, é sofisma o MDN referir que é um “absurdo o indicador do PIB”, porque a UE passou a estar numa situação muito delicada, em que terá de assumir a sua própria defesa como já concluiu a Alemanha e a França, considerando a nova Política externa e reorientação estratégica dos EUA. Portugal tem sido um fornecedor de segurança e deverá estar preparado para aumentar a nossa capacidade de intervenção a nível europeu.

Não vale a pena querer “disfarçar” ou manipular os números, com este tipo de investimento na Defesa Nacional não é possível colmatar as principais lacunas que as FA apresentam seja em termos de equipamentos, seja na preparação dos militares para as suas missões, ou ainda na captação e retenção dos efectivos necessários, quer em número quer em qualidade num tempo em que o emprego está a subir e a carreira militar deixa de ser atractiva.

Todavia, recorrentemente é colocada a questão: Para que servem as FA e que modelo se pretende? E nem sempre os cidadãos entendem a necessidade da sua existência, sendo especulada a sua sustentabilidade.

Os governos ao assumirem funções – no quadro de dificuldades financeiras –, como não sabem bem para que querem as FA, fazem “cortes cegos” com o argumento da optimização de recursos. Isto acontece, porque ainda não houve a assumpção plena ao nível político da importância e dos custos da função de soberania³. Que significa independência e liberdade nacional, garantia da integridade do território, defesa do regime constitucional e salvaguarda colectiva de pessoas e bens.

Os políticos sabem sempre o preço de tudo, mas raramente sabem o valor dos equipamentos e a relação custo-eficácia. Haja coragem para saber fazer pedagogia. Exemplo: Se não tivéssemos F-16. Teríamos um “buraco” no nosso espaço aéreo para a OTAN correspondente a 54 vezes o território nacional. Os dois submarinos convencionais⁴, indispensáveis pelo grande raio de acção, podem intervir na defesa

² O ex secretário-geral da OTAN, *Anders Fogh Rasmussen*, apelou em 2011 para que os países da UE investissem mais em defesa apesar das restrições económicas, sob o risco de comprometerem a parceria militar com os EUA. **“A retracção do investimento poderá fragilizar laços de solidariedade e comprometer a capacidade dos países europeus para agir sem envolvimento norte-americano”**. Segundo um relatório OTAN as despesas militares corresponderam a 60% dos gastos militares globais em 2011, e caíram para 50% em 2014. Os avisos tem vindo a ser feitos desde a administração de Obama e, por isso, não é correcto atribuir a TRUMP exclusivamente o enfraquecimento da Aliança Atlântica.

³A soberania justifica a existência do Estado e o exercício das funções de soberania assegura o desenvolvimento normal das tarefas próprias do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas e constitucionais.

⁴Os submarinos da classe Tridente (modelo U-209PN) apesar de recentes já desempenharam missões muito exigentes em termos operacionais e táticos. A cota de operação máxima é 350 metros, velocidade 20 nós (12 mil milhas) e uma guarnição de 33 militares. As suas características mais marcantes são o incremento extraordinário das suas capacidades furtivas e da sua autonomia em imersão, sem necessidade de carregar baterias o que lhes confere projecção intercontinental. Apresentam reduzidíssima assinatura acústica o que os coloca no topo dos submarinos mais furtivos do mundo. Algumas das missões importantes: Protecção avançada às forças navais de superfície; Ataques selectivos a interesses de alto valor estratégico na zona litoral de um opositor; Interdição de áreas focais junto a portos, costa ou zonas de navegação de elevado interesse para o opositor; Acções de negação do uso do mar em áreas oceânicas; Patrulha de área oceânica, anti-submarina e/ou anti-superfície; Vigilância da ZEE no quadro de uma política de dissuasão a infracções ambientais e de segurança; Vigilância discreta da infiltração de material

no triângulo estratégico português e têm poder de elevada dissuasão que asseguram a vigilância, controlo e defesa do vasto espaço marítimo⁵; (recolha de informações estratégicas) e responsabilidades perante o seu posicionamento internacional e aliados. Não temos sabido tirar as contrapartidas pela inépcia e corrupção ao nível político.

A Constituição e a Lei de Defesa Nacional (LDN) não deixam dúvidas quanto à indispensabilidade das FA e suas missões. Ao nível político, a responsabilidade primária pelo tipo de resposta que pretende das FA, devia ser do primeiro-ministro - não do ministro da defesa -, pois é o responsável pela concepção da política geral do Estado da qual faz parte a PDN. A hierarquia das missões é a seguinte: a Defesa Militar da Pátria; a satisfação dos Compromissos Internacionais assumidos e o Apoio à Política Externa; o Apoio e a Assistência a Cidadãos Nacionais no estrangeiro em Situações Internacionais de Crise; e, por fim, as Outras Missões de Interesse Público no apoio às populações ao seu desenvolvimento, protecção e socorro.

3. SUSTENTABILIDADE E MODELO DAS FORÇAS ARMADAS

A sustentabilidade das FA não deve ser discutida numa perspectiva meramente contabilística, porque é redutora da Segurança Nacional. Os portugueses não querem que crises financeiras, económicas e sociais se transformem também em crise de segurança que pode comprometer o exercício de soberania e autoridade do Estado por critérios contabilísticos impostos do exterior. Inaceitável ingerência.

Em segurança deve haver critérios de racionalização⁶. Mas nunca desinvestimento. As reduções orçamentais na área da Defesa não podem ser levadas ao ponto de comprometer capacidades militares críticas e prioritárias que, no limite, poderiam ter consequências negativas na política comum de segurança e defesa europeia (PCSD), levando mesmo à sua paralisia estratégica, com impactos negativos na estabilidade das fronteiras da Europa e da vizinhança próxima.

O que gastamos em Defesa é o mesmo que se despendia há 10 anos. Ou seja, contando com a inflação é substancialmente menos. A reforma "Defesa 2020" foi efectuada apressadamente com objectivos políticos falaciosos e sem seguir os pressupostos do Planeamento Estratégico estabelecido na Lei.

O que se deve discutir é o modelo de FA com avaliação de custos do SFN, tendo em conta o nível de ambição, assumido sem sofisma, em função dos recursos disponíveis e dos interesses de Portugal.

O País necessita de FA polivalentes - duplo emprego - para actuar na defesa militar e apoio à diplomacia (operações de paz e humanitárias), e também no plano não militar, centrado nas missões de interesse público e cooperação civil-militar quer no

ou indivíduos em áreas costeiras; Combate às ameaças assimétricas (terrorismo, tráfico de droga e armas, imigração, poluição); https://www.marinha.pt/pt/os_meios/submarinos/Paginas/nrp-tridente.aspx

⁵ O mar português: 1,7 milhões de km² de águas jurisdicionais (18,7 vezes a área do território nacional); com a Plataforma Continental passará para o dobro e o país será essencialmente marítimo (97% o que equivale a um país como a Índia); 5,8 milhões da área de responsabilidade nacional para busca e salvamento (63 vezes a área do território). E 60% do comércio externo e 70% das importações portuguesas usam a via marítima. Todo o petróleo e 2/3 do gás natural que consumimos chegam por via marítima.

⁶ Redução do número de efectivos, nas estruturas dos Ministérios da Defesa e nas estruturas das Forças Armadas, em razão da integração das actividades de suporte e apoio, reforço das estruturas conjuntas, designadamente comando e controlo, pessoal, logística, ensino e saúde, adequação das estruturas orgânicas e consequente redução do número de infraestruturas e do dispositivo.

quadro do seu desenvolvimento (infraestruturas), quer em situações de calamidade ou catástrofe.

Face à necessidade de optimização de recursos, através da racionalização de estruturas, justifica-se a criação de uma Unidade Nacional de Logística - conjunta e integrada -, que assegure a sustentação das operações, o apoio à Protecção Civil, em cenários de emergência e catástrofe e potencie o apoio às populações e autarquias.

Forças bem treinadas de grande mobilidade, flexibilidade e interoperabilidade, com melhor integração das informações estratégicas de defesa.

As FA devem ainda assegurar o apoio à segurança interna na prevenção ao combate às novas ameaças - terrorismo e crime organizado transnacional -, através do enquadramento legislativo que assegure a subsidiariedade e a complementaridade da sua intervenção. Mas para isso é necessário fazer um reajustamento do quadro legal - não parece preocupar o poder político -, que apenas o permite pela Lei do Estado de Sítio e do Estado de Emergência. Neste contexto, será essencial o estabelecimento de Regras de Empenhamento claras para as forças a empregar, a definição da cadeia de comando e os níveis de responsabilidade. Estes serão instrumentos simples para evitar conflitos de competências.

Nesse sentido, a adopção de uma Lei de Segurança Nacional (LSN) - através de um Sistema Integrado de Segurança Nacional - possibilitaria ainda evitar disposições conflitantes entre FA e Forças de Segurança Interna e melhorar a articulação entre a LDN e Lei de Segurança Interna, assegurando a eficiência da PDN.

4. CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

A revisão, em 2013, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) - documento estruturante da Política de Defesa Nacional (PDN)- devia permitir clarificar, sem sofismas, o que se pretende das FA.

Uma visão abrangente e informada sobre o conceito CEDN deve partir da aquisição plena do posicionamento que o país ocupa na sua relação com os diversos atores internacionais e com os seus parceiros nas diversas organizações que, ao longo da história mais recente, têm passado a fazer parte do acervo político e diplomático que nos caracteriza

Na revisão do CEDN ressaltou a discrepância entre as posições do grupo de personalidades - escolhido para elaborar o documento - e a vontade redutora do poder político.

Por outro lado, o modelo das FA decorre das opções assumidas no CEDN e do Conceito Estratégico Militar (CEM) dele resultante, devendo ser mais valorizado o seu carácter conjunto e capacidades (modeláveis e projectáveis). Urge reavaliar o modelo de serviço militar - a despesa da profissionalização nunca foi assumida -, que assegure o nível de efectivos com menores custos e reforce a componente cívica e coesão nacional, através de um serviço cívico obrigatório. O interior talvez fosse beneficiado no apoio às autarquias e a algumas estruturas como a protecção civil e a saúde com empenhamento dos médicos e enfermeiros.

Contudo, o ciclo de planeamento estratégico foi "subvertido" com o corte de efectivos. As dificuldades de recrutamento que hoje são sentidas e a realidade do actual Sistema de Forças Nacional (SFN), marcada por uma clara insuficiência de efectivos, encontram raízes na influência abusiva da "troika" nesta matéria de soberania

nacional. E não reflectem os riscos e as melhores opções. Este método criativo só serviu para iludir e acelerar o processo de decisão. Mas a realidade é ficção.

Na definição política da reforma designada de "Defesa 2020" que de forma acrítica estabeleceu um teto de efectivos para as Forças Armadas de 30000/32000 efectivos, sem que se conheça, quer o racional da definição desse número quer a distribuição pelos ramos – tendo em conta a dimensão marítima e a posição geoestratégica do país- ou o rácio Quadro Permanente/militares em Regime de Contrato.

A configuração do SFN é determinada pela exigência do quadro estratégico internacional prevalecente e previsível. E Portugal faz parte de uma região com instabilidade latente em que a UE terá que assumir maior esforço na defesa, face à alteração estratégica dos EUA e da OTAN provocada pelo efeito Trump, que enfraqueceu a Aliança Atlântica e aposta na fragmentação da UE.

O actual CEDN assume-se com presunção como Estratégia Nacional, quando há sectores do Estado que não foram consultados. A Estratégia Nacional (ou grande Estratégia global do Estado) - devidamente consensualizada é que permitirá enquadrar, de forma coerente, a visão do futuro e as reformas estruturais que o País necessita, integrando o CEDN e assegurando a continuidade das opções estratégicas assumidas para além dos ciclos da governação e interesses partidários

Nestas circunstâncias, Portugal necessitaria de um Conceito Estratégico de Segurança Nacional (CESN) - integrado nessa Estratégia Nacional -, que substituísse o CEDN e englobasse também as diferentes dimensões do desenvolvimento e da Segurança Nacional numa perspectiva mais alargada e integrada e com revisões periódicas.

Parece essencial que qualquer documento que corporize um conceito estratégico deve ter duas características fundamentais. Deve ser flexível, ou seja, deve poder ajustar-se e alterar-se com a dinâmica e com a rapidez necessárias para acompanhar a evolução das ameaças emergentes, a sua transnacionalidade, permanente mutação e complexidade estrutural bem como conceder o espaço suficiente para abordagens holísticas e pluridisciplinares dos fenómenos e das respectivas respostas, afastando visões e posturas mais convencionais e porventura mais herméticas e estáticas.

Em segundo lugar, será da maior importância a capacidade de adaptação das Instituições à instabilidade que a nova ordem mundial transformou em paradigma (especialmente no plano económico) encarando com seriedade e humildade as dificuldades de responder com os mesmos recursos aos compromissos assumidos no passado (propondo contributos alternativos) e trabalhando internamente no reforço de parcerias que estimulem a preservação do conhecimento e fomentem a inovação no plano do capital tecnológico e científico - cooperação estreita entre a rede de ensino militar e as Universidades.

A nossa histórica vocação atlântica, a nossa proximidade com as ex-colónias (África, Ásia e Brasil) e, evidentemente, a nossa condição de europeus devem estar reflectidas nas nossas opções estratégicas pois são parte muito relevante da contribuição que podemos proporcionar na construção de um conceito estratégico que se quer nacional mas necessariamente devedor de uma realidade global em que nos inserimos e que, em última análise, permita uma resposta tranquilizadora, sustentável e eficaz aos novos desafios emergentes em matéria de segurança e defesa.

Ainda neste contexto, há necessidade da criação de um órgão de Segurança Nacional – estudo, consulta e avaliação permanente da situação de segurança e defesa - na dependência directa do primeiro-ministro. E que assegure também o *interface* entre as diversas vertentes do factor multiplicador do *Intelligence* (interna, externa e comercial). Este seria uma estrutura diferenciadora com carácter multidisciplinar face à realidade estratégica de hoje.

Ao nível político, importa ter a noção de que a redução dos efectivos e a falta de meios – não respeitando os requisitos e prioridades de defesa - tem impacto negativo nas capacidades do SFN e afecta a prontidão. O problema da prontidão militar é complexo na medida em que se trata de atingir níveis de desempenho elevados, para garantir uma capacidade que se deseja que nunca venha a ser usada, na realidade. Se esta capacidade não estiver permanentemente disponível, o factor dissuasão enfraquece e pode correr-se um elevado risco em caso de concretização da ameaça - nesta circunstância o tempo de resposta fica imediatamente exaurido e sem tempo não haverá prontidão.

Alguns titulares da defesa tem baralhado o contribuinte sobre a operacionalidade das FA exibindo preocupantes confusões ao nível das ameaças, das alianças, de meios e fins na prossecução do interesse nacional.

O anterior MDN concluiu a pseudo reforma “Defesa 2020” – com direito a coreografia falaciosa e propagandística televisiva – sem conseguir provar que “com menos é possível fazer mais” e quem insistir ao nível político pode vir a provar com responsabilização política, que na actividade de risco das FA, na maioria das vezes, o erro se paga com a vida.

Todavia, as FA têm que estar organizadas e preparadas, em tempo, para cumprir as missões atribuídas pelo poder político. Para isso, são necessárias capacidades militares -que assegurem o SFN com coerência operacional -, com meios e efectivos necessários, de acordo com o nível de ambição estabelecido, sem hipocrisia e assumindo os riscos de ameaças que não respeitam as fronteiras da soberania.

A reforma foi inspirada no modelo dinamarquês⁷ e ficou evidente o irrealismo do padrão comparativo já amplamente demonstrado não só pelo diferente enquadramento geopolítico, mas também pela importância geoestratégica do nosso país. Os argumentos apresentados para tal escolha foram o facto de se tratar de a Dinamarca ser um “País de média dimensão europeia, com pesadas responsabilidades ao nível da segurança no seu espaço marítimo e uma forte presença em missões internacionais de Apoio à Paz.”

Porém, ficou por referir que a Dinamarca tem metade da população portuguesa – sem a importância e características da nossa diáspora - e com FA assentes num sistema misto (profissional/voluntários e conscritos), com um efectivo da ordem dos 18628 militares (Exército 9925, Marinha 2880, Força Aérea 3358 e de Comando Conjunto 2465), com Serviço Militar Obrigatório (4 a 12 meses), uma Reserva anual permanente de 12000 Conscritos e a “*Home Guard*”, uma estrutura militar, com mais de 53500 Reservistas, com a missão geral de “reforçar e apoiar o Exército, a Marinha e a Força Aérea no cumprimento das suas missões

⁷ A Dinamarca não possui um CEDN propriamente dito, baseando-se antes em acordos de defesa suportados por amplas maiorias parlamentares, que estabelecem capacidades, missões e orçamentos para um período de quatro anos. A plurianualidade do orçamento tem conferido às FA dinamarquesas um quadro financeiro estável para desenvolverem as suas missões a longo prazo, sem a preocupação de discutirem orçamentos ano a ano (DK-Defense, 2009). Para o Chefe da Defesa Dinamarquesa “a diferença entre a irrelevância e a relevância de qualquer estrutura militar moderna reside na capacidade de implantar e utilizar capacidades militares credíveis sempre que necessário” (HELSØ, 2004).

É imperativo nacional controlar e defender o nosso espaço geográfico. A posição geográfica do nosso país e dimensão essencialmente marítima - espaços marítimos com 20 vezes o território terrestre – e configuração arquipelágica. É incomparável. A inserção geopolítica e a geoestratégica nacional com uma diáspora única reclamam interesses nacionais estratégicos específicos. Estes factores deviam ter sido ponderados no redimensionamento dos efectivos, estruturação dos ramos e meios necessários ao SFN.

A pressão das ameaças e os compromissos ao nível internacional passou a ser mais exigente. As declarações problemáticas e arrogantes de alguns políticos afrontam e prejudicam qualquer debate estratégico que até à data falhou. E a reforma “além da troika” foi inútil, porque estava em implementação a reforma anterior.

5. POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (UE)

A Europa está rodeada de crises e passou a ser ela própria a crise - produtora de crises como a da Ucrânia, “Brexit” e das migrações - com contradições insanáveis e clivagens na geografia dos povos, que conduz à desconfiança e rejeição do projecto de unidade europeia. E com as elites europeias burocratas sem pensamento político e sem visão de conjunto sobre o futuro, com os “interesses comuns” deslaçados ou inexistentes, não é possível evitar a sua fragmentação. Desafio à sua relevância e à segurança.

Os líderes autistas das instituições europeias não sabem lidar com as incertezas do mundo de hoje e deviam ter sabido – desde há muito - encarar as FA como importante instrumento da segurança nacional e de uma Política externa com dimensão. Só assim é possível responder às complexas ameaças, que ultrapassam as fronteiras geográficas. A renovação da arquitectura de defesa da UE constitui uma prioridade, sem condicionar a soberania da intervenção autónoma dos Estados membros, e tendo presente que a Defesa Nacional não é um milagre!

Uma das soluções para que a UE possa contribuir para a produção de segurança global – passando a ser um actor credível na ordem internacional - , principalmente nas suas áreas de interesse, passará pelo apoio à construção de alianças regionais e globais mais consistentes, pelo investimento em instituições internacionais e por se transformar numa UE com maior nível de integração permitindo uma melhor coesão política dos Estados membros em matérias de segurança e defesa. Ou seja, a UE que é um “gingante económico” tem de deixar de ser “o anão político”. Para isso, os novos líderes das instituições europeias terão de construir de uma política de segurança e defesa europeia com uma articulação de acordo com a respectiva estratégia europeia.

Mas sem um Conceito Estratégico – há muito reclamado -, a UE não poderá aspirar a ser uma unidade geopolítica e será impossível os seus Estados-membros alinharem os objectivos (o que pretendem) e vectores estratégicos (para onde pretendem ir) de acordo com os Estados e aquilo que somos, no espaço, multicultural europeu, população, recursos e estruturas para avaliar capacidades, potencialidades e vulnerabilidades (ameaças e riscos), tendo em conta o ambiente estratégico prevalecente e previsível.

Os eurocratas aliados a uma pesada e complexa máquina administrativa não permitem que os diferentes intervenientes políticos se articulem com pragmatismo e

premência em matéria de construção de uma política comum na área da defesa já prevista desde o Tratado de Lisboa⁸.

A PCSD estabelece o quadro para as estruturas políticas e militares da UE e para as missões e operações civis e militares no estrangeiro. A Estratégia Global da UE de 2016 define a estratégia para a PCSD, enquanto o Tratado de Lisboa clarifica os aspectos institucionais e reforça o papel do Parlamento Europeu. A PCSD foi, recentemente, objecto de importantes alterações estratégicas e operacionais para fazer face aos desafios em matéria de segurança e à insistência dos cidadãos em obter mais respostas por parte da UE.

Portugal tomou em 2017 uma importante decisão no domínio da Segurança e Defesa relacionada com a participação nacional na Cooperação Estruturada Permanente (CEP)⁹ – já identificada no Tratado de Lisboa -, a que aderiram 25 Estados-membros. A CEP constitui um mecanismo fundamental para “desenvolver capacidades de defesa conjuntas, investir em projectos comuns e melhorar a prontidão e contributo operacional das suas FA” face ao enfraquecimento da Aliança Atlântica. O planeamento, aquisição e operação de meios numa perspectiva cooperativa contribuiria consideravelmente para uma melhor interoperabilidade das FA.

Na reorientação estratégica dos EUA em que a UE deixa de ser prioridade, as ameaças e riscos levam a que a CEP seja urgente ser implementada no curto prazo. O cidadão europeu precisa de entender as razões que justificam novas despesas com a defesa e a segurança e que devem ser encaradas como um investimento. Só deste modo aceitará o esforço financeiro suplementar

Portugal está comprometido com os critérios a nível da OTAN, relativamente ao objectivo de alcançar 2% do PIB nos gastos com a Defesa. Esta decisão no âmbito da UE não se poderá materializar por uma participação simbólica, o que implica acrescidas responsabilidades nacionais, relativamente à concretização das necessidades de financiamento à área da defesa.

Ainda neste enquadramento a UE quer melhorar a segurança nas fronteiras, combatendo o tráfico de migrantes e proporcionando formas seguras de entrada legal de imigrantes. E assegurando que haverá mecanismos de controlo à entrada de jihadistas. Na prática em 2015, com o enfraquecimento do Estado Islâmico, a pressão da migração permitiu a entrada de alguns milhares.

No entanto, existe um impasse particularmente crítico em termos de política de imigração¹⁰. Com a pressão da conflitualidade e da demografia, só há duas opções:

⁸O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor no final de 2009, conferiu novos poderes legislativos ao Parlamento Europeu, colocando-o em pé de igualdade com o Conselho de Ministros no processo de tomada de decisões sobre o que a UE faz e a forma como o dinheiro é utilizado. Também alterou a forma como o Parlamento coopera com outras instituições, conferindo aos deputados ao PE um maior peso na condução da UE. Todas estas reformas garantem que o seu voto nas eleições europeias influa de forma ainda mais decisiva na escolha do rumo a seguir pela Europa. O Tratado de Lisboa aumentou a capacidade da UE e do seu Parlamento de agir e apresentar resultados. Alargou as competências legislativas do Parlamento Europeu a mais de 40 novos domínios, incluindo a agricultura, a segurança energética, a imigração, a justiça e os fundos da UE, e colocou-o em pé de igualdade com o Conselho, que representa os governos dos Estados-Membros. Além disso, o Parlamento adquiriu o poder de aprovar a totalidade do orçamento da UE, em conjunto com o Conselho. <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/powers-and-procedures/the-lisbon-treaty>

⁹ E em final de 2016 foi apresentado um *Plano de Acção Europeu de Defesa* com as principais propostas relativas à criação de um Fundo Europeu de Defesa centrado na investigação no domínio da defesa e no desenvolvimento das capacidades

¹⁰ A Europa não tem opção de imigração zero. Estudos considerados credíveis referem que a UE com a queda demográfica actual irá precisar em 2060 cerca de 1,7 milhões de migrantes para evitar o chamado

ou escolhemos a imigração que queremos ou somos escolhidos pela imigração que não queremos. Há necessidade premente de criar uma cooperação internacional para gerir os fluxos migratórios, garantir os direitos humanos e estabelecer uma ligação próxima entre a migração e o desenvolvimento em segurança. Uma gestão humanista e inteligente das migrações é uma oportunidade para reforçar a UE. Porém, a situação está ser tratada de forma irresponsável comprometendo os valores do projecto europeu: a solidariedade e os direitos humanos.

A Europa tem, até, por dever histórico, de saber lidar com este processo, mas deve ter sempre em conta que o problema nunca se resolverá apenas à sua chegada. É também na origem – com fomento do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos de África e Médio Oriente- sob pena deste potencial explosivo não ajudar quem precisa e prejudicar quem pode ajudar. Tem-se falado na necessidade de um Plano Marshall¹¹ inspirado na reconstrução europeia, após a II Grande Guerra.

6. A CONDIÇÃO MILITAR

Por último, importa abordar a especificidade própria das FA consubstanciada na Condição Militar, que fazem delas uma Instituição sem paralelo ao nível do Estado. É a única a que se exige o cumprimento da sua missão mesmo com o risco do sacrifício da própria vida, conforme consta da fórmula do seu Juramento de Bandeira e compromisso solene; é a Condição Militar que permite que se empregue a Instituição Militar, na guerra e também na paz, em situações limite, de elevado risco, com permanente disponibilidade para esse desempenho, de forma auto sustentada e por tempo indeterminado.

Porém, os “cortes cegos” efectuados afectam a gestão operacional, as condições de segurança, a saúde militar – caos e discriminação com dupla tributação - degradou as condições de vida e, conseqüentemente, a prontidão das FA. Inusitado comportamento, que conduz ao incremento generalizado da desmotivação e afecta, seriamente, a Condição Militar essência da organização.

Não respeitar a Condição Militar é por em causa uma das funções essenciais do Estado criando insegurança e incerteza na Instituição e nos cidadãos. Inadmissível!

Aos militares é exigida disponibilidade permanente, incluindo sujeição dos riscos inerentes às missões com renúncia aos interesses pessoais e mobilização automática. Não se pede nada disto a um funcionário público a quem algum poder político já quis equiparar os militares.

Não basta afirmar a Paz esquecendo que a resolução de conflitos pode obrigar à utilização da força militar. As catástrofes, conflitos e crises não avisam. A Defesa Nacional não pode ser um milagre! Nem se improvisa.

7. SÍNTESE CONCLUSIVA

Os novos desafios geoestratégicos exigem que a UE reforce as suas capacidades próprias de segurança e defesa, fortalecendo ao mesmo tempo a sua capacidade de participar de igual para igual em parcerias alargadas para manutenção da paz e prevenção de conflitos.

“Inverno demográfico” . A Alemanha terá menos 1/3 da população; Itália menos 1/4 e a Espanha menos 1/5.

¹¹ <https://www.dw.com/pt-002/plano-marshall-do-governo-alem%C3%A3o-para-%C3%A1frica-%C3%A9-apresentado-oficialmente/a-37188595>

Os compromissos vão passar a ser muito mais exigentes numa UE fragmentada e sem rumo em que a solidariedade deixou de estar em exercício também ao nível da segurança pela inacção da liderança esquizofrénica.

A imprevisibilidade e tipo de ameaças transnacionais, as missões e os requisitos de defesa exigem reponderar a estratégia e proceder a alterações que devam levar os decisores a concluir ter de orientar mais e melhores meios para as FA, com um SFN mais eficaz e robusto.

Exige, pois, que o poder político saiba explicar ao País sem mistificações. E assumir que deverão estar equipadas de forma adequada, para cumprimento das missões de salvaguarda dos interesses inalienáveis do País.

As FA são um importante instrumento do Estado de salvaguarda da coesão e soberania nacionais, constituindo, a afirmação da credibilidade de Portugal. Espera-se, por isso, que um novo CESN – integrado numa Estratégia Nacional -, possa garantir a articulação com os meios e os recursos necessários existindo a assumpção plena dos custos de soberania e o reforço da coesão e do prestígio das FA .